

HISTÓRIA DOS CRISTIANISMOS NOS LIVROS DIDÁTICOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NARRATIVA HISTÓRICA ESCOLAR

*HISTORY OF CHRISTIANISMS IN SCHOOL BOOKS: CONSIDERATION ON SCHOOL
HISTORICAL NARRATIVE*

José Petrúcio de Farias Júnior¹
Ramonn Gonçalves de Moura²

Resumo

Na Antiguidade Tardia, as literaturas grega e romana sinalizam a disputa de diferentes grupos político-religiosos acerca da história de Jesus e de seus atributos divinos. Nos séculos IV e V da E. C, o nestorianismo, os arianos, os nicenos, os monofisistas, entre outros, reivindicavam possuir a verdade sobre Jesus e sobre as Escrituras. Tais embates teológicos resultaram em interpretações singulares que cada comunidade cristã tinha a respeito da literatura canônica sobre Jesus, construída por seus discípulos. Atentando para esta heterogeneidade, o presente trabalho objetiva questionar a narrativa escolar sobre a história do cristianismo, tendo em vista os debates historiográficos propostos por Chevitaresh (2006, 2016), Simões (2009), Faria (2016), Reis (2017), Nascimento (2018), Farias Junior (2020), entre outros. Para isto, utilizaremos dois livros didáticos, a saber: *#Contato História* (2016), de Marco César Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg e *História Global* (2016), de Gilberto Cotrim, no interior dos quais perscrutamos a abordagem adotada por tais autores, que, a nosso ver, aproxima-se mais de um discurso teológico do que de uma reflexão histórica, voltada à compreensão das circunstâncias históricas e condições político-culturais de produção dos

Abstract

In Late Antiquity, Greek and Roman literature explore the dispute of different political-religious factions about the history of Jesus and his divine attributes. In the 4th and 5th centuries CE, Nestorianism, Aryans, Nicene, Monophysites, and others, claimed to have the truth about Jesus and the Scriptures. Such theological rivalries resulted from singular interpretations that each Christian community constructed from canonical literature on Jesus, wrote by his disciples. Paying attention to this heterogeneity, the presente work aims to question the textbook about the history of Christianity, considering the historiographic debates proposed by Chevitaresh (2006, 2016), Simões (2009), Faria (2016), Reis (2017), Nascimento (2018), Farias Junior (2020), etc. Because of this purpose, we will use two textbooks: *#Contato História*, by Marco César Pellegrini, Adriana Machado Dias and Keila Grinberg and *História Global*, by Gilberto Cotrim, within which we question the perspectives of the authors, which, in our view, is closer to an orthodox theological discourse than to a historical reflection, directed towards understanding the historical circumstances and political-cultural conditions of Christian discourses production and their receptions

discursos cristãos e suas recepções ao longo da Antiguidade, o que sinalizaria o caráter multifacetado dos movimentos cristãos. Sendo assim, nosso trabalho se justifica pela necessidade de indagar, no campo do ensino de História, uma escrita da história do cristianismo, distante dos debates historiográficos e dos métodos de análise documental.

Palavras-chave: Cristianismos; Livros Didáticos de História; Narrativa histórica escolar.

throughout Antiquity, which show us the multifaceted character of Christian movements. Thus, our work is justified by the need to inquire into a writing of the history of Christianity, far from historiographic debates and far from methods of documentary analysis.

Keywords: Christianity; History textbooks; School historical narrative

Introdução

Este artigo é fruto de pesquisa desenvolvida no LABHAM³ e no HCR⁴ da UFPI, Campos de Picos, entre 2018-2020, a qual resultou no tema do Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do Prof. Dr. José Petrúcio de Farias Junior.

Inicialmente, defendemos que o estudo dos cristianismos na antiguidade e no medievo são indispensáveis para combater fundamentalismos religiosos, práticas de intolerância religiosa, posturas segregacionistas, excludentes ou discursos de ódio, ainda presentes, infelizmente, em nosso cotidiano.

Refletir sobre a construção da história dos cristianismos, no âmbito da narrativa histórica escolar, também implica refletir sobre os impactos do arranjo cultural e religioso, apropriado e interpretado pelas inúmeras igrejas existentes em nosso país, uma vez que tais instituições veiculam discursos que constroem sentidos ao passado e constituem a cultura histórica de muitos de nossos alunos na educação básica. Consideramos que essas instituições e suas teologias são, pelo menos em parte, reflexos das disputas político-religiosas do passado. Além disso, muitas leituras teológicas de algumas igrejas reproduzem estereótipos como, por exemplo, a não diferenciação entre conhecimento histórico e conhecimento teológico, entre o Jesus histórico e o Jesus Cristo, o Jesus da fé, e tais posturas impregnam o saber histórico escolar.

Ressaltamos, sob a ótica dos estudos históricos, que o cristianismo nunca foi uma religião uníssona, uniforme ou homogênea em suas práticas e experiências

religiosas. O termo cristianismo, no singular, é defendido por muitos estudiosos no campo da teologia e passa a impressão de uma religião que se originou por intervenção divina e atravessou os séculos sob a tutela de Deus, o que reforça a ideia de que Deus é uma espécie de agente histórico que conduz a humanidade à concretização de seu plano salvífico.

Além disso, muitos teólogos até hoje buscam justificar suas visões de mundo e expectativas sobre a vida por meio das Escrituras, como se as experiências registradas pelo chamado 'povo de Deus', nas narrativas veterotestamentárias, e pelos 'ensinamentos de Jesus', nas narrativas neotestamentárias, atuassem como norma ao presente. Em geral, estes intérpretes das narrativas bíblicas propagam, junto a suas audiências, uma significativa admiração pelo passado, mais precisamente por um tipo de passado, responsável por legar lições, provenientes da divindade (Deus/Jesus) por meio das Escrituras, logo se trata de um passado que assume uma finalidade instrutiva ou pedagógica aos fiéis, por isso deve ser preservado, lembrado e venerado.

Motivados por percepções religiosas, em grande medida, oriundas do ambiente cultural em que os estudantes estão inseridos, ou por pressões de diferentes setores sociais, muitas vezes, ligados à formulação de políticas públicas, autores de LDs⁵ de História têm dificuldade em abordar a Bíblia como fonte histórica. Ao desconsiderar a historicidade dos discursos cristãos e não problematizar a maneira como os livros canônicos foram selecionados e organizados para a composição do que chamamos de 'Bíblia', perde-se a oportunidade de questionar tais narrativas como produto literário de sujeitos, em um espaço e tempo determinados. Além disso, negligenciam-se as dissonâncias, contradições ou intencionalidades subjacentes à escrita de tais discursos⁶ (CHEVITARESE, 2016a).

Percebe-se tais dissonâncias nas narrativas sobre a relação entre Jesus e seu pai no momento da morte, entre muitos outros exemplos: em Marcos e Mateus, lemos que Jesus expressa desespero "Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?" (Mc 15:34, Mt 27:46) e sofrimento "Jesus, antes de morrer, emite um enorme grito" (Mc 15:37, Mt 27:50), já em Lucas, Jesus expressa resignação: "Pai, em tuas mãos eu entrego o meu espírito" (Lc 23:46); em João, por outro lado, Jesus

torna-se protagonista da cena e conhecedor da ordem dos acontecimentos: “Está consumado” (Jo 19:30).

Sobre a percepção de Jesus como deus também identificamos diferentes posicionamentos: o evangelho de Mateus não veicula a noção de Jesus como um Deus, diferentemente da literatura de João, que, desde o prólogo, afirma: “No princípio era o verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez” (JOÃO 1: 1-3). Deve-se considerar que o evangelho de Mateus foi escrito para judeus que estavam se convertendo ao cristianismo, por isso Jesus recebe pontualmente o título de ‘Filho de Deus’, já no caso das comunidades joaninas, o autor do evangelho de João concebe Jesus como o próprio Deus criador.⁷ Logo, é notório que tais narrativas, construídas após Sua morte, por diferentes discípulos, em diferentes comunidades romanas, com diferentes interesses e objetivos, resultem em distintas abordagens sobre Jesus, aspectos que são obscurecidos por estudiosos que negligenciam metodologias de análise documental do campo da história.

O cristianismo, desde sua origem, caracterizou-se pela pluralidade de abordagens e percepções sobre Jesus, ainda que muitos estudiosos tenham a predileção de pensar o cristianismo antigo como religião institucionalizada, desconsiderando a coexistência de várias vertentes concomitantes e em disputa (SANTOS, 2016, p. 1). Por isso, o historiador, diferentemente da postura de muitos teólogos, prefere usar o termo ‘cristianismos’, levando em consideração a diversidade dos grupos religiosos do passado e a historicidade de suas narrativas, o que corrobora com a ideia de que nunca existiu apenas um cristianismo (como algumas correntes teológicas nos fazem crer) e, sim, vários cristianismos (FARIA, 2016, p. 108).

É, a partir da heterogeneidade das experiências religiosas cristãs na Antiguidade, que objetivamos questionar a narrativa escolar sobre a história do cristianismo na educação básica sob a ótica da historiografia brasileira acerca da temática e suas implicações à consciência histórica dos estudantes. Para isso, utilizaremos dois livros didáticos, a saber: *Contato História* (2016), de Marco César

Pellegrini e *História Global* (2016), de Gilberto Cotrim, utilizados atualmente em Picos/Piauí, cidade-sede do LABHAM e HCR.

Para atendermos a tal proposta, julgamos oportuno dialogar com as pesquisas sobre o Jesus histórico e sobre os cristianismos tardo-antigos, as quais são recorrentemente negligenciadas pelos livros didáticos de História. Por fim, exploraremos as formas históricas dos cristianismos presentes nas narrativas escolares.

1. Jesus histórico como objeto de investigação no campo da História

O cristianismo (no singular!), como é denominado por muitos teólogos, pregadores, pastores ou anciões e pelo senso comum, em nosso país, possui as mais variadas dimensões interpretativas, de tal forma que cada instituição religiosa salvaguarda a sua própria perspectiva a respeito dos sentidos atribuídos aos chamados 'ensinamentos de Jesus', o que contribui para a construção de identidades religiosas⁸, em torno das quais os fiéis se diferenciam e veem-se como membros de uma instituição religiosa específica.

Nestes ambientes, as fontes do primeiro ao quarto séculos que discorrem sobre Jesus são muito pouco questionadas. A visão da teologia ortodoxa se impõe na tentativa de se justificar como realidade histórica e asfixia a pluralidade de ideias e inclinações político-culturais da época de Jesus (NASCIMENTO, 2018, p. 17). Isto posto, defendemos que é pertinente estabelecer a diferença entre 'Jesus Histórico' e 'Jesus Cristo'.

Para Chevitarese, antes do chamado Iluminismo, "Jesus não era estudado como uma figura história" (2016a, p. 36). Parte da escrita da história europeia era marcada pela ideia de Providência Divina, no interior da qual se entendia que Deus estava no controle dos processos históricos. Os estudos sobre Jesus eram marcados pela emulação de seus ensinamentos, já que provenientes de um deus que viveu como homem, fez milagres, morreu, ressuscitou e ascendeu aos céus junto de seu Pai.

Assim, até o período moderno, identificamos, na literatura sobre Jesus, a percepção de que os textos bíblicos são História, de tal forma que tudo que se

precisaria fazer seria ler a Bíblia e aceitar o que ela diz como resultado do que realmente aconteceu. Tal posicionamento contribuiu para a construção de uma história-padrão, harmoniosa e coerente que desse uma noção de identidade à cristandade. Tratava-se, ainda, de uma literatura voltada ao Jesus Cristo ou ao Jesus da fé, concebido como um deus, salvador da humanidade e redentor de pecados.

Com o estabelecimento do projeto científico racionalista da Ilustração (séc. XVIII), a escrita da história, em sua ânsia por se tornar uma ciência, passa a se dedicar à compreensão das ações humanas no tempo por meio de fontes escritas, sobretudo de caráter institucional, e passou a preterir tudo que fosse associado à ficção, à fantasia, à criação literária. Além disso, a história passou a extirpar qualquer tentativa de explicação sobrenatural aos acontecimentos históricos e tal abordagem trouxe implicações aos estudos sobre Jesus.

É nesse contexto que identificamos 'a primeira busca do Jesus histórico', centrado predominantemente no gênero biográfico, *Vidas de Jesus*, em que intelectuais se ocupavam do encadeamento cronológico das experiências e ações de Jesus no Império Romano e procuravam compreendê-las, tendo em vista as circunstâncias históricas e o ambiente cultural que envolvia tal sujeito.

Grande parte de tais biografias concentraram-se nas discussões em torno da dicotomia entre mito e história ou ficção e história, o que objetivava conferir credibilidade aos relatos sobre Jesus no campo da História. Em linhas gerais, essa 'primeira busca' possibilitou uma aplicação metodológica diferenciada na análise dos evangelhos, pois os textos intracanônicos passaram a ser estudados através de um método e não mais por meio da ideia de inspiração divina, comum anteriormente. David Friedrich Strauss, 1808-1874, é um exemplo entre outros autores iluministas:

Para o autor quase tudo que foi produzido pelos evangelhos, acerca de Jesus era mito, ou melhor, narrativas mitológicas derivadas do antigo testamento, ele acreditava que Mateus, Marcos e Lucas apresentavam histórias menos desenvolvidas, enquanto João oferecia uma análise com maior base histórica. Tão logo a sua obra foi publicada, Strauss foi demitido do cargo de professor da universidade de Zurique (CHEVITARESE, 2016a, p. 40).

Esta investida sobre os estudos do Jesus histórico, apesar da renovação epistemológica possibilitada pelo projeto racionalista da Ilustração, foi impactada por muitas críticas. Sobressaem-se as críticas de Albert Schweizer (1875-1965) e de Rudolf Bultmann(1884-1976) para quem as chamadas “Vidas de Jesus” construíram imagens de Jesus descoladas de sua posição como sujeito histórico, interpelado pelo ambiente político-cultural e pelo campo de experiências históricas em que estava inserido, porquanto tais narrativas biográficas estavam centradas predominantemente nos Evangelhos e estes se interessam mais pelo Cristo Salvador ou Cristo ressuscitado do que pelo Jesus histórico (CHEVITARESE, 2016a, p. 42-7).

Na metade do século XX, entretanto, ocorre uma renovação nos estudos sobre Jesus. Ernst Käsemann, professor da universidade de Göttingen, protagonizou uma conferência chamada “O problema do Jesus Histórico”. Nesse evento, ele abordou importantes temas como o fato de que as pesquisas sobre Jesus devem estar baseadas nas circunstâncias históricas e os evangelhos não podem ser levados ao pé da letra como retratos históricos fiéis dos primeiros anos do movimento cristão; além disso, deve-se focar nos aspectos da pregação de Jesus, buscando verificar a autenticidade, ou não, dos ditos do nazareno; caso contrário, “Jesus pode ser utilizado para sustentar qualquer base de pensamento, inclusive as mais radicais e anti-humanistas” (CHEVITARESE, 2016a, p. 48). O autor sinalizou o desenvolvimento epistemológico de importantes disciplinas como o caso da antropologia, história, arqueologia e filosofia e suas possíveis contribuições ao estudo do Jesus Histórico. Assim, seguindo as propostas e provocações de Käsemann, iniciava-se a segunda etapa da busca pelo Jesus histórico.

A chamada ‘terceira busca pelo Jesus histórico’ é impulsionada por pesquisadores norte-americanos, a partir de 1985, e concretizou-se por meio do *The Jesus Seminar*, idealizado e organizado pelo professor Robert Funk, em 1985, que pretendia inicialmente estudar Jesus como figura histórica, com ênfase à veracidade e pertinência dos discursos atribuídos a ele nos Evangelhos, considerando a historicidade de tais narrativas.

O Seminário impulsionou uma série de pesquisas centradas no Jesus histórico, uma vez que possibilitou discussões sobre identidade, conflitos e interações culturais

que não foram aprofundadas anteriormente. Entre os estudiosos, destaca-se John Dominic Crossan e seus esforços pela investigação das condições político-culturais de produção dos discursos cristãos, o que implica a ampliação das relações interdiscursivas possíveis para se estudar o Jesus histórico. Textos extracanônicos, como o evangelho Q e o Evangelho de Tomé, a cultura material, escritores não-cristãos contemporâneos a Jesus, entre outros, passaram a integrar as práticas discursivas importantes para compreender o papel social desse sujeito histórico.

Em síntese, as pesquisas sobre o Jesus histórico passam, com mais frequência, a concebê-lo como sujeito histórico que viveu em determinado tempo e lugar, logo é interpelado pelas demandas sociais de seu tempo e pelo ambiente político-cultural em que estava inserido. Diante disso, enquanto muitos teólogos concebiam Jesus como Filho de Deus, portador de milagres, redentor da humanidade, a história passa a enxergá-lo como um personagem comprometido com questões de seu tempo em diálogo com movimentos religiosos e filosóficos a quem se dirigia ou dos quais fazia parte.

2. Os cristianismos tardo-antigos: experiências religiosas plurais

Com o desenvolvimento das pesquisas sobre o Jesus Histórico, foi possível perceber o caráter multifacetado dos cristianismos antigos. Os estudos sobre a Antiguidade Tardia, particularmente a partir do imperador Constantino (306-337) e da adoção de políticas pró-cristãs, têm tornado evidente uma série de correntes cristãs que passam a rivalizar entre si, sobretudo a partir do IV século, nas principais cidades do Império Romano, a saber: Alexandria, Antioquia, Roma, Constantinopla e Jerusalém. Tais rivalidades se sustentavam porque não havia um consenso entre os bispos quanto à interpretação dos livros canônicos e o caráter divino de Jesus e de Maria, mãe de Jesus.

Entre os credos cristãos mais conhecidos pela historiografia, destacam-se o niceno, o ariano, o sabelianista, o apolinarista, o monofisita, o pelagiano, o donatista, entre outros. As dissensões entre as comunidades cristãs resultaram na necessidade de intervenção imperial e o imperador romano tornou-se, no transcorrer do IV século, uma figura-chave para imprimir um tom mais homogêneo aos discursos

cristãos, na medida em que se tornou responsável por cancelar o cristianismo ortodoxo (aceito e reconhecido pelas instâncias de poder) em detrimento dos heterodoxos (ilegítimos, desviantes).

O credo ariano e o credo niceno tornam-se mais populares justamente porque foram as doutrinas cristãs que desfrutaram de reconhecimento político-institucional entre os imperadores Constantino e Teodósio, as demais correntes tornaram-se ilegítimas e foram perseguidas por diferentes agentes políticos.

O credo niceno, particularmente, defende que o Filho é consubstancial ao Pai, ou seja, da mesma substância divina. Dessa forma, os bispos nicenos apoiavam-se na ideia de consubstancialidade entre Pai, Filho e Espírito Santo, o que será posteriormente chamado de dogma trinitário por meio do qual se entende que tais entes divinos compartilham a mesma substância, mas manifestam-se (hipóstase) de três formas distintas, o que corroborava com a fórmula 'um imperador, um deus e uma igreja', motivo pelo qual, para muitos historiadores, tenha sido esta a fórmula de fé que mais atraiu a atenção de imperadores como Constantino e Teodósio, preocupados com a manutenção da unidade político-administrativa do Império (FARIAS JUNIOR, 2020, p.66).

Já o credo ariano foi inicialmente defendido e divulgado pelo bispo Ário (280–335), que iniciou suas pregações como bispo de Alexandria em meados de 318. Seus discursos mostram-no preocupado em preservar a ideia de um Deus único, o que o teria levado a defender a originalidade e superioridade do Pai, já que, sob a ótica de Ário, a essência de Deus é única, pois não foi gerada e nem teve princípio. Essa essência era indivisível, logo sua divindade não poderia ser compartilhada. Sob essa ótica, Jesus é concebido como criatura ou ser gerado, pois só existiu a partir do Pai (FARIAS JUNIOR, 2020, p. 67). Nota-se que Ário contestava que o Filho deveria ser considerado divino tal como o Pai, o verdadeiro Deus, nesse sentido, o Filho é apenas semelhante ao Pai, isto é, a substância do Filho é semelhante (e não igual) à substância do Pai (MAGALHÃES, 2013).

Em duelo com tais correntes, salientamos o nestorianismo. O ponto de largada a respeito da ideia antagônica entre as duas naturezas de Jesus (humana e divina) é o âmago da ideologia diofisita ou nestoriana. Este pensamento nasceu em Antioquia

com Diodoro de Tarso e Teodoro de Mopsuestia. Durante muito tempo, essa crença ficou restrita aos círculos eruditos, contudo, com Nestório, patriarca de Constantinopla (428-431), essa corrente (o nestorianismo) ganha maior circulação (LLORCA; VILLOSLADA *apud* SIMÕES, 2009, p. 65).

Nestório defendeu com vigor a proposta na qual as naturezas humana e divina de Cristo estavam separadas e que a Virgem Maria não deveria ser considerada mãe de Deus (*Theotokos*), e sim *Christokos*, porque ela gerou um homem (Jesus) a quem o verbo de Deus (divino) veio estar temporariamente unido (FRANGIOTTI, 1995 *apud* SIMÕES, 2009, p. 65).

Para a historiadora Maria Regina da Cunha Rodrigues, “O Monofisismo ou Eutiquinismo brotou, indiretamente, do Nestorianismo” (1963, p. 72). Eutíquio, propalador do monofismo, na Antiguidade Tardia, viveu entre 512 e 582, foi patriarca de Constantinopla e conservava a doutrina que concebia Jesus, como portador apenas da natureza divina. Tratava-se de uma divindade encarnada, posicionamento que se contrapunha ao Concílio de Calcedônia (451):

O Monofisismo, heresia cristológica do V século provocada pelo arquiandrita Eutíquio, ao ensinar que em Cristo havia uma só natureza, foi condenado no Concílio Ecumênico de Calcedônia em 451. As decisões dogmáticas deste Concílio — dualidade das naturezas divina e humana unidas pelo mistério da união hipostática na pessoa de Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, — foram pacificamente recebidas no Ocidente Cristão; recusadas, desvirtuadas, criticadas, entretanto o foram no Oriente, com a cumplicidade dos Patriarcas do Egito, Antioquia e Constantinopla (RODRIGUES, 1963, p. 61).

Como se observa, ainda que a Igreja procurasse uniformizar formas de agir e pensar por meio dos concílios, a diversidade de experiências religiosas regionais e locais impedia a eficácia de tais empreendimentos. Foram realizados sete concílios, entre os séculos IV e VIII, para combater as vertentes cristãs não autorizadas, portanto, heréticas:

Os sete concílios ecumênicos aos quais o Imperador tinha o dever de preservar foram o Concílio de Nicéia I (325), que combateu o arianismo e estabeleceu o dogma da religião cristã; o Concílio de Constantinopla I (381), que reafirmou o credo de Nicéia como base da crença cristã e esclareceu a posição da Igreja sobre a doutrina da Santíssima Trindade; o Concílio de Éfeso (431), que estabeleceu ter

Cristo duas naturezas distintas, mas unidas e atribuídas a uma só pessoa, condenando o nestorianismo; o Concílio de Calcedônia (451), que aprovou os Credos de Nicéia e Constantinopla I, condenou o monofisismo, e estabeleceu que o patriarcado de Constantinopla passasse a ser a segunda sé mais importante do Império, só sendo subordinada à sé de Roma; o Concílio de Constantinopla II (553), que reafirmou o Concílio de Éfeso, rejeitando a posição dos nestorianos com a condenação dos “Três Capítulos”; o Concílio de Constantinopla III (680-81), que condenou os monotelistas, e o Concílio de Nicéia II (787), que decretou o restabelecimento dos ícones, tentando pôr fim a controvérsia iconoclasta (SIMÕES, 2009, p. 65).

Por meio dos concílios e seus enfrentamentos, Simões nos mostra o caráter multifacetado do movimento cristão e os esforços da Igreja em coibir tais ‘vozes’ não autorizadas pelos grupos sacerdotais apoiados pela corte imperial. Logo, não dissociamos política e religião nos estudos sobre o cristianismo antigo. Para os líderes religiosos tornou-se necessário pensar em uma fórmula de fé condizente com o projeto de poder monárquico romano, de tal forma que, a partir do IV século, o discurso cristão niceno também passou a justificar o poder imperial.

3. Os livros didáticos de história e a história do cristianismo: um campo minado

Nas últimas décadas, o livro escolar tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores da área das ciências humanas. Dessa maneira, a história das edições e dos livros didáticos passou a engendrar um vasto campo de pesquisa, que tem se ampliado cada vez mais em muitos países (CHOPPIN, 2004, p. 551).

O livro impresso, inicialmente, é negociado como uma mercadoria e se ajusta a demandas sociais e a políticas públicas educacionais, para que, depois, possa ser distribuído e lido pelo público (MUNAKATA, 1997, p. 80).

As políticas públicas influenciam na composição deste material, por meio da divulgação de propostas curriculares, as quais veiculam conteúdos, temas e abordagens valorizados por grupos que estão no poder, os quais, a partir de demandas sociais e do ambiente cultural em que estão inseridos, contribuem para perpetuar determinadas ‘imagens’ sobre o passado, por isso para Circe Bittencourt o livro didático é:

[...] (1) uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado [...] (2) um depositário de conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares [...] (3) um instrumento pedagógico [...] elabora as estruturas e as condições do ensino para o professor [...] produz uma série de técnicas de aprendizagem: exercícios, questionários, sugestões de trabalho [...] (4) um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura (BITTENCOURT, 2010, p. 71-2).

Considerando o livro didático como mercadoria, portadora de discursos ideológicos que atribuem sentidos ao passado, os quais afetam a consciência histórica dos estudantes, é fundamental que indaguemos as formas históricas propaladas por tais materiais e suas possíveis implicações ao saber histórico escolar.

Como afirmamos, para tratar dos cristianismos no Império Romano, utilizaremos dois LDs do 1º. Ano do ensino médio, a saber: *História Global* (2016) de Gilberto Cotrim e *#Contato História* (2016), de Marco César Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg, ambos utilizados atualmente Picos/Piauí. Para atender aos objetivos deste estudo, centraremos nos capítulos atinentes à história da Roma Antiga, em que geralmente identificamos a história do cristianismo.

Em *#Contato História*, no capítulo intitulado 'Os antigos romanos' (2016, p.144-168), os autores, inicialmente, optam pela descrição factual e cronológica de acontecimentos político-militares, permeada por informes biográficos, seja em forma de texto - Aníbal (p.147), seja por meio da cultura material (estátuas de soldados romanos, generais e imperadores), com pequenas alusões ao cotidiano (p.154-5). Ao final do capítulo, há um tópico intitulado 'a cultura romana' (p. 158-163), em que os autores informam sobre a língua, as artes, os espetáculos públicos, o direito, a religiosidade romana e, por último, em subtópico específico, reportam-se ao cristianismo. Indagamos: que implicações tal organização de conteúdos históricos produz ao ensino sobre a história do cristianismo?

Inicialmente, nota-se que as experiências religiosas cristãs estão apartadas do estudo sobre a política romana, o que implica dissociar os discursos cristãos dos projetos de poder do Império Romano, perspectiva diametralmente oposta às pesquisas históricas, voltadas à compreensão da função social e das ações políticas

de um camponês, Jesus, tendo em vista sua atuação numa sociedade hierarquizada e numa região (Galileia) subordinada ao poder romano, o que requer considerar as demandas (insatisfações) de camponeses diante das formas de opressão/exploração do Império.

Além disso, ao manter essa estrutura organizacional, os autores do LD contribuem para perpetuar uma abordagem sobre o cristianismo a partir de pressupostos teológicos, porquanto estudantes e professores tendem a lê-lo como uma experiência religiosa que se iniciou a partir de um líder, Jesus, e se expandiu, de maneira não conflituosa pelo Império Romano e despreocupada com questões políticas, já que devotada exclusivamente à propagação do Evangelho (FARIAS JUNIOR, 2020, p. 76), talvez para referendar essa abordagem, o cristianismo seja a última experiência religiosa romana mencionada pelos autores, uma vez que, nos capítulos sobre a história medieval do ocidente, tal movimento já aparece como um componente social integrador das sociedades europeias. Com as palavras dos autores,

O cristianismo surgiu com base na pregação de Jesus Cristo, nascido na província romana da Judeia. Seus ideais difundidos pelos apóstolos, após sua morte, eram baseados na humildade e no amor ao próximo [...] A religião cristã disseminou-se principalmente entre as camadas humildes do Império, preocupando as autoridades romanas. Como os cristãos recusavam, por exemplo, a servir o exército e a reconhecer a divindade do imperador e a prestar-lhe culto, as autoridades romanas passaram a hostilizar a nova religião (PELLEGRINI, DIAS, GRINBERG, 2016, p. 163).

Ainda que os autores façam alusão a importantes aspectos da história do cristianismo, como a centralidade do movimento na figura de Jesus e em valores sociais que perpassam os escritos atribuídos a ele, como a *humildade* e o *amor* – virtudes não exclusivas, diga-se de passagem, aos cristãos, nem à literatura cristã antiga – os autores negligenciam os profícuos intercâmbios culturais entre cristãos e não-cristãos, ao desconsiderar que o cristianismo:

Compartilhou com os outros cultos o mesmo ambiente social, cultural e econômico (no caso do mitraísmo, até mesmo a própria região de origem) e lidou com as mesmas regras, então disponíveis. Não surpreende, portanto, que tenha construído quadros ideológicos e conteúdos semelhantes a muitos de seus concorrentes, dividindo com

eles propostas, visões, liturgias e métodos em boa parte das vezes não mutuamente excludentes (MARVILLA; SILVA, 2005, p. 19-20).

Os historiadores esclarecem que o cristianismo, em muitos aspectos, apresentou uma releitura de experiências religiosas e narrativas míticas já conhecidas pela comunidade letrada romana, e que circulavam, no âmbito da oralidade, pelos grupos iletrados. Nesse sentido, é importante destacar que esse movimento religioso surge no Império Romano ao lado de outras experiências religiosas orientais, com as quais os romanos passam a estabelecer profícuos diálogos, sobretudo a partir do final da República (séc. I a.C); além disso, por muito tempo, os cristianismos se confundem com os judaísmos (CHEVITARESE, 2006).

Visto por outro ângulo, partir de discursos e práticas religiosas já aceitas, reconhecidas e valorizadas pelos romanos facilitou, sobremaneira, o processo de interlocução dos cristãos com diferentes sujeitos e categorias sociais do Império, logo tais aproximações podem ter contribuído para dirimir resistências em relação às propostas cristãs.

No entanto, ao desconsiderar tais intercâmbios culturais os autores do LD reforçam a ideia de que os grupos religiosos não dialogavam entre si e construíam experiências religiosas exclusivas e dissociadas das circunstâncias históricas e condições político-culturais de existência.

Quanto ao fato de que "Seus ideais" tenham sido "difundidos pelos apóstolos, após sua morte", é importante mencionar que se atribui a Paulo de Tarso, os primeiros escritos sobre Jesus, mais precisamente a partir do final de 50 d.C, isto é, pelo menos duas décadas depois de Sua morte. Atribui-se a Paulo, com certa segurança, os livros: 1 Tessalonicenses, 1 e 2 Coríntios, Filemon e Romanos. Por isso, muitos historiadores defendem que os cristianismos são uma criação de pregadores (apóstolos, discípulos de Jesus de Nazaré), que passam a escrever sobre Jesus a partir de meados do I século.

Logo, entende-se que a mensagem de Jesus de Nazaré foi ressignificada por seus sucessores, muitos dos quais o transformaram em um deus, a partir de releituras de divindades orientais; por essa razão, parte-se do pressuposto de que o

processo de divinização de Jesus é produto de uma construção cultural posterior à sua morte.

Jesus não teria deixado textos escritos de sua autoria por ser um camponês e por provavelmente não saber ler e/ou escrever. Seus discípulos é que construíram sua imagem, desvincilhando-a da cultura judaica, principalmente após a destruição do Templo de Jerusalém pelos romanos (70 d.C), sob o imperador Vespasiano, já que tal episódio teria sido explorado por muitos cristãos como um sintoma da perda do pacto entre os judeus e seu deus; o que tornaria necessário um outro pacto, desta vez, com os cristãos. Isso explica, pelo menos em parte, a proliferação de discursos cristãos pós-70 d.C, entre os quais os Evangelhos (Marcos, datado entre 65-70; Mateus, entre 80-85; Lucas, entre 80-85 e João, entre 90-95).

A mensagem de Paulo, por exemplo, teria promovido significativa revisão das práticas e comportamentos judaicos, na medida em que as ressignificou, ajustando-as à cultura romana. Sem dúvida, Paulo ofereceu importantes indícios ao fortalecimento do movimento cristão. No entanto, André Chevitarese, em *Cristianismos: questões e debates metodológicos* (2016b), reitera que Jesus, nasceu como judeu, viveu como judeu e morreu como judeu, logo o movimento cristão se deve aos esforços literários de seus seguidores.

Além disso, é importante lembrar que o cristianismo é um movimento religioso que se firma nos núcleos urbanos e, à frente das comunidades, sinalizamos a importância dos bispos, em grande medida, membros da aristocracia romana, que se tornaram importantes figuras de autoridade político-religiosa junto às províncias do Império. Logo, ao contrário do que muitos defendem, os cristianismos não foram conduzidos por categorias subalternas, camponeses e artesãos; mas, predominantemente, pela aristocracia romana, o que explica sua rápida penetração pelos grupos sociais que ocupavam espaços de poder no Império, como nos explica Peter Brown:

Os protetores e os discípulos de Paulo e de seus sucessores não são almas simples, nem humildes e oprimidos como deseja a romântica imaginação moderna. Se o fossem, o ideal de Paulo teria se realizado mais facilmente. São, antes, pessoas medianamente ricas e que em geral viajaram muito; por isso acham-se expostas a um leque de contatos sociais e de ocasiões de escolha (BROWN, 1992, p. 247)

Observa-se que as pesquisas históricas vão de encontro ao posicionamento dos autores do LD que consideram que “A religião cristã disseminou-se principalmente entre as camadas humildes do Império, preocupando as autoridades romanas”, afirmação vaga que não demonstra as relações de poder entre os cristãos e seus líderes e não faz alusão ao fato de que se trata de um movimento religioso urbano com um número reduzido e disperso de adeptos e cujos líderes, pelo menos a partir do séc. III, pertenciam, em sua maioria, aos grupos familiares que ocupavam os espaços de poder.

Outro aspecto que nos chama a atenção consiste na construção de um cenário em que os primeiros cristãos e os romanos ou o cristianismo e o Império Romano são concebidos como ‘mundos’ antagônicos, em pleno contraste, o que justificaria as perseguições aos cristãos (PELLEGRINI, DIAS, GRINBERG, 2016, p. 163), estas concebidas como práticas sistemáticas e generalizadas pelo Império Romano e não como ações pontuais, esporádicas ou descontínuas, como demonstra a historiografia (CHEVITARESE, 2006).

Os imperadores romanos que de fato fomentaram políticas de perseguição são Nero (54-68), Domiciano (81-96), Trajano (98-117), Marco Aurélio (161-180) e Diocleciano (303-313). Logo, as narrativas bíblicas sobre as perseguições são exageradas até porque havia poucos cristãos a serem perseguidos; as comunidades cristãs eram pequenas e esparsas pelo Império até meados do IV século, como mencionamos.

Após as perseguições, os autores declaram:

O fim das perseguições ocorreu porque os imperadores passaram a se aliar aos cristãos visando à manutenção do poder, já que cristianismo estava amplamente difundido por todo o império (PELLEGRINI, DIAS, GRINBERG, 2016, p. 163).

É importante observar que os autores, quando tratam do cristianismo após as perseguições, consideram, ainda que brevemente, as relações entre tais movimentos religiosos em sintonia com os projetos de poder romano; todavia, ao contrário da historiografia, são os imperadores que “passaram a se aliar aos cristãos visando a manutenção do poder”, como se os imperadores tivessem se curvado a um poder

maior, transcendental. Na contramão de tal abordagem, os estudos históricos apontam os esforços de bispos, sobretudo ao longo do IV século, em construir representações harmoniosas entre o poder imperial romano, a divindade cristã (Jesus) e o chamado 'reino de Deus', como se observa em *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesareia, o que implica um 'pacto' entre as elites com vistas a ocupar importantes instâncias de poder.

Além disso, dizer que o cristianismo está "amplamente difundido por todo o império" é bastante problemático do ponto de vista da historiografia, já que tal informação segue acriticamente a narrativa bíblica, mais precisamente em Atos, 21:20 – "Tu vês, irmão, quantos milhares de judeus há que abraçaram a fé, e todos são zeladores da Lei!", desconsiderando as marcas de autoria dos textos neotestamentários e a inclinação dos autores cristãos pela exaltação de sua história.

Ao contrário dessa abordagem, Rodney Stark, em *The rise of Christianity* (1997, p.20), demonstra que, de fato, entre 250 e 350, houve um expressivo aumento do número de cristãos, provavelmente provocado pela ampliação dos contatos interpessoais, decorrente da *Pax Romana*, que possibilitou o trânsito de pregadores, como Paulo (meados do século I), e pela adoção de políticas pró-cristãs a partir do imperador Constantino, mas dificilmente a porcentagem excederia muito 56,5% da população convertida, em 350.

Mais à frente, os autores de *#Contato História* também apresentam, em um *box*, intitulado 'Quem eram os pagãos?', informações sobre as implicações semânticas do uso do termo 'pagão' por autores cristãos, ao se referir inicialmente à origem latina do termo - *paganus* – utilizado para designar "o habitante da aldeia, o aldeão", numa perspectiva depreciativa, porquanto "a população das áreas rurais eram mais resistentes a adotar o cristianismo como religião" (PELLEGRINI, DIAS, GRINBERG, 2016, p. 163). Julgamos esta uma boa iniciativa dos autores, porquanto se torna uma oportunidade de mostrar aos estudantes a maneira como um grupo categoriza e se refere a 'outros', muitas vezes para distingui-lo, segregá-lo e desqualificá-lo.

Por fim, os autores ilustram tal narrativa histórica sobre o cristianismo, por meio da seguinte fonte iconográfica:

Figura 1 - O bom pastor - Catacumba de Priscila em Roma (Século III)



Fonte: # Contato História (2016, p. 163)

Ao apresentar a imagem, os autores não propõem atividades de análise documental, nem explicitam a relação da fonte iconográfica com a narrativa escolar. Inferimos, diante disso, que os autores fazem uso de tal fonte – o que se estende às demais presentes ao longo do capítulo - apenas como “suporte informativo”, isto é, confere-se ao documento um papel secundário, uma vez que a compreensão da fonte se resume a uma mera ilustração, complemento ou “prova” da veracidade das informações veiculadas pela narrativa escolar. Para Farias Junior,

Nota-se, com muita frequência nos LD’s de História, que as fontes assumem, em geral, um caráter de “prova da realidade” social estudada. Essa metodologia de ensino pressupõe uma atitude meramente receptiva e passiva do estudante, porquanto não explora as fontes históricas por meio de situações-problema que contribuam para que os estudantes reflitam sobre a alteridade das experiências humanas no tempo (FARIAS JUNIOR, 2020, p. 124).

Além disso, consideramos que, sob muitos aspectos, essa abordagem preserva a matriz positivista, em que historiadores tinham uma grande preocupação com a busca do que “realmente havia acontecido no passado”, no interior da qual as fontes eram concebidas como “verdade histórica”. Provavelmente por isso os autores do LD apenas registram a imagem como demonstração da existência de grupos cristãos na Antiguidade a fim de referendar o texto escolar.

Em *História Global*, Gilberto Cotrim perpetua uma abordagem muito semelhante à adotada em *#Contato História*: a dissociação entre os desdobramentos político-militares romanos e as experiências religiosas cristãs, estas também

apartadas dos aspectos gerais da cultura romana, inclusive das demais religiões romanas, já que tais temas ocupam tópicos distintos do capítulo 9, dedicados aos “romanos” (2016, p. 119-137). Tal abordagem impede uma análise da história dos cristianismos que considere as circunstâncias históricas e condições político-culturais de produção de seus discursos, o que nos conduziria à investigação dos contatos culturais que possibilitaram a conformação dos discursos cristãos.

No tópico ‘religião’, pertencente ao capítulo 09: ‘Romanos’, identificamos os seguintes tópicos: “do politeísmo ao deus único cristão”, “surgimento do cristianismo”, “perseguição aos cristãos” e “a conquista da liberdade religiosa”. Tal enredo sugere a gradativa vitória de uma comunidade de fiéis em detrimento de outras culturais religiosas e em oposição a elas. Gilberto Cotrim também desconsidera a historicidade dos escritos sobre Jesus, ao levar-nos a crer que os livros do Novo Testamento se reportam aos ‘ditos’ de Jesus, de maneira não problemática ou não contraditória:

[...] Ao completar 30 anos de idade, Jesus teria percorrido a Judeia, pregando sua mensagem religiosa. Anunciou ser o Messias enviado pelo Deus único, criador de todo o Universo, e que todos poderiam ter acesso ao Reino de Deus e obter a salvação eterna [...] A mensagem de Jesus foi formalizada no livro do Novo Testamento, constituindo a base do cristianismo, religião que marcaria a história do mundo ocidental (COTRIM, 2016, p. 129).

O excerto dá a impressão de que os ensinamentos de Jesus foram preservados e mantidos depois de sua morte de forma uníssona, uniforme, sem variações de interpretação e conformaram uma doutrina homogênea e fiel à vontade da divindade, a qual foi legada à posteridade por meio do Novo Testamento. Com isso, perde-se, mais uma vez, a oportunidade de compreender como o conhecimento histórico é produzido, tendo em vista a historicidade dos discursos sobre Jesus, que atualmente compõem o ‘Novo Testamento’ e o caráter multiperspectivado das experiências humanas no tempo.

Não identificamos, para além de imagens ilustrativas, atividades voltadas à análise documental, a não ser uma questão dissertativa da Unicamp que veicula um fragmento de Le Goff para explorar como cristãos e não-cristãos interpretaram a

chamada 'queda do Império Romano', o que, novamente, reforça o caráter conflituoso entre romanos e cristãos (COTRIM, 2016, p. 136).

Mais uma vez, ressaltamos que, em clara discordância com as narrativas históricas escolares analisadas neste artigo, a historiografia em geral sustenta que os discursos cristãos não se mantiveram alheios às experiências religiosas e à interação político-cultural no Império, o que inclui as produções filosóficas helênicas, sobretudo das escolas tardo-antigas, tais como Escola de Alexandria, de Roma, de Pérgamo e de Atenas, que representavam espaços singulares de circulação, produção e síntese de ideias.

Os credos ariano e niceno, por exemplo, acomodavam-se, em muitos aspectos, às filosofias helênicas, sobretudo de vertente pitagórica e platônica, o que nos permite dizer que o cristianismo não é a negação de todas as correntes filosófico-religiosas antigas, mas, em grande medida, a recombinação de uma série de experiências culturais concomitantes à escrita das narrativas cristãs.

O cristianismo, de fato, produz um novo tipo de comunidade religiosa na Antiguidade, marcada por uma organização e por símbolos religiosos muito peculiares, mas, como dissemos, tais narrativas não eram tão distantes das expressões metafísicas de mundo compartilhadas por muitos escritores cristãos e não-cristãos da Antiguidade.

A título de exemplo, sublinhamos a convivência entre os neoplatonismos e os cristianismos, no Império Romano, entre o final do séc. I a.C e a primeira década do séc. V a.C, que contribuiu para a formação de uma atmosfera espiritual de múltiplos diálogos e duelos, porquanto tanto os neoplatonismos quanto os cristianismos compartilhavam a existência de um Ser absoluto; de um 'mundo' para além da materialidade do mundo sensível, que resulta da obra de um agente transcendente; a ideia de que o mundo sensível deriva de algo não-físico, logo transcendental; a convicção de que a 'verdade' não pertence a este mundo; o desprezo pelo corpo e pela matéria, onde a alma é aprisionada; a alma, como instância passível de se conectar com planos transcendentais superiores, enfim, são muitas as aproximações.

Em linhas gerais, ambos os LDs de História analisados demonstram pífios diálogos com a historiografia e praticamente desconsideram as pesquisas sobre

Jesus histórico e os cristianismos no Brasil. É curioso observar que os autores nem sequer registram as demais experiências religiosas cristãs, como arianismo, nestorianismo, monofisismo, donatismo, sabelianismo, entre outras e o porquê de uma corrente (cristianismo niceno) se sobrepôr às demais, considerando-a 'ortodoxa', de tal forma que:

[...] a narrativa provoca nos leitores a falsa percepção de que o passado é homogêneo, já que opta apenas por apresentar o discurso "vencedor", isto é, aquele que é chancelado e autorizado pelas instâncias de poder. Sob esta linha de raciocínio, busca-se uma "origem" para o cristianismo, por meio da qual se constrói uma cadeia causal explicativa que culmina no presente; ou, dito de outro modo, o presente é concebido como ponto de chegada do passado (FARIAS JUNIOR; GUIMARÃES, 2020)

Os conteúdos a respeito da história do cristianismo analisados nestes livros, distanciam-se do conhecimento histórico acadêmico e alinham-se mais a uma teologia que tem a pretensão de ser um discurso histórico.

Considerações Finais

É perceptível, em ambas as obras analisadas, o descompasso entre as pesquisas históricas brasileiras e a abordagem da história dos cristianismos nos LDs, que mais se aproxima da perspectiva da história sagrada ou que se organiza a partir dos parâmetros da história da salvação. Em decorrência disso, as narrativas escolares não diferenciam o 'Jesus histórico' do 'Cristo da fé', ambos se confundem.

As obras também impossibilitam pensar as experiências religiosas cristãs a partir das circunstâncias históricas e das condições político-culturais de produção dos discursos cristãos, o que contribui para corroborar com perspectivas reducionistas ou simplificadoras que perpetuam uma história do cristianismo apenas situada na história, mas não em diálogo com ela, porquanto, sob a ótica de tais materiais didáticos, os cristãos perfazem um mundo à parte, como se estivessem na contramão do ambiente cultural do qual emergiram.

Os LDs assumem uma função ideológica e cultural, na medida em que tais narrativas organizam-se para explicar e fundamentar o presente e suas configurações político-culturais. Para isso, escolhem tudo aquilo que se encaixa no

aparente desenvolvimento histórico linear que resulta no campo de experiências no qual se está inserido e despreza ou silencia experiências históricas que não julgam oportunas para a construção de um enredo que conecta o presente ao passado.

Em outras palavras, “eliminam-se todos os projetos sociais que não triunfaram, como os cristianismos heterodoxos, em função do presente” (FARIAS JR, GUIMARÃES, 2020). Não pretendemos, com isso, desqualificar os livros de didáticos de História, porque entendemos que eles resultam de pressões ou demandas de grupos políticos, associações científicas, expectativas familiares e comunidades civis organizadas. Estamos inclinados apenas a ampliar o debate e contribuir para lançar novos olhares às práticas de ensino de História.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____ (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** SP: Contexto, 2010.

BROWN, Peter. Antiguidade Tardia. In: DUBY, Georges. e ARIÈS, Philippe. (Dir.) **História da Vida Privada: do Império Romano ao ano mil.** v. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

COTRIN, Gilberto. **História Global.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CHEVITARESE, André Leonardo; FUNARI, Pedro Paulo. **Jesus histórico:** uma brevíssima introdução. RJ: Klíne, 2016 (a).

_____. **Cristianismos:** questões e debates metodológicos. RJ: Klíne, 2016 (b).

_____. Cristianismo e Império Romano. In: SILVA, G. V.; MENDES, N.M. (Org.). **Repensando o Império Romano:** perspectiva socioeconômica, política e cultural. RJ: Mauad, 2006.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa. **Revista da Faculdade de Educação da USP,** São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

FARIA, Lair Amaro dos Santos. Da legitimidade de um cristianismo plural. **Revista Jesus Histórico,** v 1, p. 121-135, 2016.

FARIAS JUNIOR, José Petrucio de. **História Antiga**: trajetórias, abordagens e metodologias de ensino. Uberlândia: Navegando, 2020.

_____; SELVA, Guimarães. Manuais de ensino de História oitocentistas: reflexões sobre o cristianismo na história escolar no Império do Brasil. **Revista Cadernos de História da Educação**, v. 20, n.03, 2020.

MAGALHÃES, Julio César. Arianistas. In: FUNARI (Org.) **As religiões que o mundo esqueceu**: como egípcios, gregos, celtas, astecas e outros povos cultuavam seus deuses. SP: Contexto, 2013.

MARVILLA, M.; SILVA, G. V. Com este imperador vencerás. **Revista Agora**, Vitória, n.02, 2005.

NASCIMENTO, William Braga. Cristianismos na Antiguidade e Livros Didáticos: Um Manual Pedagógico Como Proposta ao Ensino de História Voltado ao Professor (a) do Ensino Médio. 2018. 124f. **Dissertação** (Mestrado – História, Ensino e Narrativas), Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

PELEGRINI, Marco César, DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. **#Contato História, 1º ano**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2016.

REIS, Raphael Leite. O discurso de Agostinho de Hipona contra o pelagianismo a partir da obra *De gestis Pelagii*: identidade, diferença, católicos e hereges no século V d.C. 2017. 190 f. **Dissertação** (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2017.

RODRIGUES, Maria Regina da Cunha. O monofisismo no reinado de Justiniano (527-565) . **Revista de História**, São Paulo, 1963, n 55, 1963.

SANTOS, Lúrbia Jerônimo da S.. Donatistas X Católicos: a construção da identidade cristã nos embates entre as igrejas africana e romana, no século IV. In: XVII Encontro de História da Anphu-Rio. **Anais** (online). Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1466970515_ARQUIVO_Artigo_Lurbia.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2020.

SILVEIRA, Verônica da Costa. Reflexões sobre o conceito de “Antiguidade Tardia”. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais** (on-line). São Paulo, USP, Cidade Universitária, 2011. Disponível em <<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

SIMÕES, Silvia Sônia. Bizâncio, Pérsia e Ásia Central, pólos de difusão do Nestorianismo. **AEDOS**: Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS. Rio Grande do Sul, n. 5, v. 2, 2009.

STARK, Rodney. **The rise of christianity**: how the obscure, marginal Jesus movement became the dominant religious force in the western world in a few centuries. Princeton: Princeton University Press, 1997

¹ Doutor em História também pela UNESP/Franca. Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do Doutorado Interinstitucional em Educação (DINTER UFU-UFPI). Brasil. petruciojr@terra.com.br.

² Graduando em História. Membro do LABHAM (Laboratório de História Antiga e Medieval da UFPI de Picos e membro do HCR (Laboratório de História e das Culturas Religiosas). Brasil. ramonngmoura@gmail.com.

³ Laboratório de História Antiga e Medieval da UFPI de Picos (Coordenado pelo Prof. Dr. José Petrúcio de Farias Júnior e pela Profa. Dra. Maria Aparecida de Oliveira Silva)

⁴ Laboratório de História das Culturas Religiosas (Coordenado pelo Prof. Dr. José Petrúcio de Farias Júnior e pela Prof^a. Ms. Ana Paula Cantelli Castro).

⁵ Utilizaremos 'LD' como forma abreviada para se referir aos livros didáticos de História.

⁶ Sabe-se que a seleção e organização dos livros canônicos se devem aos esforços de bispos cristãos nicenos, a partir do Concílio de Niceia (325), os quais se preocuparam mais em construir uma interpretação coerente e gradativa de Jesus do que com a cronologia das narrativas selecionadas. Isso quer dizer que a disposição dos livros canônicos que integram atualmente a Bíblia não segue a ordem cronológica. Para saber mais sobre cronologia de tais narrativas, ler: NASCIMENTO, William Braga. Cristianismos na Antiguidade e livros didáticos: um manual pedagógico como proposta ao ensino de história voltado ao professor do ensino médio. **Dissertação** (Mestrado Profissional: História, Ensino e Narrativas). Universidade Estadual do Maranhão, 2018. Os livros preteridos da Bíblia pelos bispos, nos concílios do IV século, podem ser chamados de extracanônicos.

⁷ Consoante André Leonardo Chevitaese (2016, p. 8-9 a): o termo evangelho significa boa notícia e denota a vinda de Jesus para salvação da humanidade. Os evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas são chamados de sinóticos (mesma visão), suas narrativas traçam fontes comuns. O livro de Marcos foi a primeira composição evangélica, aproximadamente no ano 70. E. C. Por outro lado, o evangelho, que recebeu o nome de João, foi escrito entre o ano 90 ao 110.

⁸ Para Kathryn Woodward, "A construção da identidade é tanto simbólica quanto social. A luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais. A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares. Uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos – a invocação de uma tradição, por exemplo " (WOODWARD *apud* REIS, 2017, p. 59).